

“OME SA OME” E “MWALA SA MWALA”¹: AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES SANTOMENSES

Rossana Maria Marinho Albuquerque²
Vanda Lopes Camblé³

Introdução

O presente trabalho constitui parte de uma pesquisa sobre as violências de gênero vivenciadas por mulheres em São Tomé e Príncipe. O país tem uma experiência de república democrática muito recente: teve sua independência política em 1975 e tornou-se uma república democrática multipartidária a partir dos anos 1990. Foi colonizado por Portugal desde o final do século XV e carrega, em seu processo pós-independência, os efeitos econômicos e sociais de uma sociedade que só muito recentemente tem se constituído autonomamente.

Os dados a respeito de São Tomé informam que o país é fortemente marcado pela pobreza, dependência de recursos externos e uma notável desigualdade de gênero. A violência de gênero é uma realidade presente na sociedade santomense e as iniciativas de enfrentamento e promoção da igualdade de gênero também são recentes.

Ao discutir a violência de gênero vivenciada por mulheres no contexto africano, adotamos alguns pressupostos para a construção da análise:

¹ “Homem é homem” e “mulher é mulher”, no crioulo forro, língua falada em São Tomé e Príncipe. Fragmento de depoimento de uma das entrevistadas na pesquisa.

² Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Piauí. Teresina, Brasil. E-mail: rossanamarinho@ufpi.edu.br

³ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Piauí. Teresina, Brasil. E-mail: vandacamble@hotmail.com

- a) a consideração de que o termo “africano” compreende um conjunto amplo e heterogêneo de experiências culturais e históricas, sendo importante localizar de que contexto africano específico se fala e quais particularidades nele são identificadas, evitando universalismos que tendem a homogeneizar experiências sociais;
- b) embora o repertório constituído para abordar a violência de gênero possua dimensão internacional, por meio de tratados, convenções, instituições e políticas pensadas segundo as diretrizes que norteiam as discussões sobre a temática, é importante não perder de vista a consideração de como o fenômeno da violência se caracteriza concretamente no contexto referido e quais outros fatores constituintes da realidade social são relevantes para a compreensão das situações de violência, que podem caminhar ao lado de outras formas de desigualdade. No caso dos países que vivenciaram processos de colonização⁴, torna-se fundamental observar como o fenômeno da violência é constituinte da formação social considerada e como ele se constitui como expressão da opressão de gênero atualmente. Significa observar também que a transposição de um repertório prévio sobre a violência, feito sem as devidas mediações, pode invisibilizar a complexidade de experiências locais, no que se configuram como violências, perdendo de vista suas configurações concretas. Para além das definições, existe a relevância dos/as sujeitos que vivenciam as experiências;
- c) pensar a categoria “mulheres” como resultado da produção de relações históricas, dentre elas as que produziram o gênero tal como se manifesta no contexto. Neste sentido, seguindo a crítica feminista de Oyewùmí (2017), não nos interessa tomar o gênero simplesmente como o elemento cultural inscrito em um dimorfismo biológico, o que poderia incorrer numa análise que trataria o gênero como uma categoria universal, segundo os pressupostos do modo ocidental de produzir conhecimento. Assim, ao tratarmos das experiências das mulheres, pensamos em como as relações sociais

⁴ No caso de São Tomé e Príncipe, o território era inabitado até o início da colonização, no final do século XV.

produziram a generificação das práticas e os significados de ser mulher no contexto de São Tomé e Príncipe.

Para pensar nas experiências das mulheres santomenses que vivenciam situações de violência de gênero, faz-se necessário iniciar a exposição discutindo os pressupostos epistemológicos que norteiam as questões de gênero analisadas no texto. Em seguida, discorreremos sobre os aspectos relativos à formação social de São Tomé e Príncipe, especialmente no que dizem respeito ao processo de colonização, considerando que esta sociedade foi fundada a partir da ocupação do território segundo interesses dos colonizadores. Trataremos do contexto sócio-histórico santomense para, em seguida, pensar em como as instituições santomenses vêm buscando promover a equidade de gênero e enfrentamento da violência baseada no gênero. Na última seção do artigo, analisamos as experiências das mulheres santomenses entrevistadas na pesquisa.

Epistemologias africanas e decoloniais: Outros caminhos para pensar o gênero

Nesta seção, abordamos os referenciais epistemológicos e teóricos que norteiam a análise das situações de violência em uma perspectiva de gênero. A análise se ampara nas contribuições do feminismo decolonial de María Lugones e Ochy Curiel e na epistemologia feminista de Oyewùmí. Pensando a partir do entendimento das autoras, concebemos o gênero não simplesmente como categoria descritiva, como um dado situado a partir da distinção binária dos corpos. Consideramos as experiências generificadas a partir dos processos de colonização, que produziram hierarquias e racialização dos/as colonizados/as, segundo os interesses dos colonizadores europeus. A violência foi um instrumento utilizado de maneira sistemática nos processos de colonização, produzindo vários impactos físicos e simbólicos nos povos colonizados.

A feminista decolonial María Lugones (2019) propõe o termo colonialidade do gênero, para pensar nos processos que constituem a modernidade e os projetos de colonização a ela vinculados. Tais processos produziram as hierarquias humanos/não-humanos, que a autora considera como centrais à modernidade, bem como as demais categorias que expressavam as relações de poder coloniais modernas. Parte do empreendimento colonial contou com a presença da igreja católica, responsável pela “missão civilizatória” de conversão dos povos colonizados. “A ‘missão civilizatória’ colonial foi a

máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle da reprodução e um horror sistemático [...]” (Lugones 2019, 360).

A proposta crítica de Lugones nos permite perceber a violência como um elemento constituinte da modernidade colonial. As relações de gênero nos contextos coloniais, por sua vez, são historicamente assimétricas e concentram na figura masculina do colonizador o polo de poder por excelência. Neste sentido, quando falamos das experiências generificadas nos contextos coloniais, é fundamental que se observe como gênero se constitui como categoria nas experiências sociais. A dicotomia homem/mulher, também ela uma marca das hierarquias modernas ocidentais, se configurou de distintas formas a partir do encontro colonial.

Ao tratar do gênero considerando as hierarquias produzidas a partir da modernidade, o feminismo decolonial produz a crítica das categorias universais e contribui para que vislumbremos a “consustancialidade de opressões” (Lugones apud Curiel 2020, 132). A respeito das especificidades do feminismo decolonial, Curiel (2020, 121) afirma:

Se a interpretação dessa realidade envolve entendermos como a matriz de opressão atua em nossa própria vida, como somos afetadas por opressões como o racismo, a heterossexualidade, o colonialismo e o classismo, com suas expressões estruturais, ideologias e aspectos interpessoais, então esse trabalho não é sobre categorias analíticas, e sim sobre realidades vividas que precisam de uma compreensão profunda acerca de como foram produzidas. Portanto, não é necessário dizer que somos negras, pobres, mulheres, trata-se de entendermos por que somos racializadas, empobrecidas e sexualizadas. É isso que nos interessa, enquanto feministas decoloniais, porque assim conseguimos mostrar que essas condições foram produzidas pela colonialidade (Curiel 2020, 132).

Além das contribuições críticas das feministas decoloniais latino-americanas, consideramos os apontamentos de Oyewùmí (2017), em “A invenção das mulheres”, uma obra fundamental para pensar na produção dos estudos de gênero nos contextos africanos. A autora propõe uma epistemologia que questiona os pressupostos da modernidade ocidental como modelos universais para classificar e interpretar as experiências sociais. Em seus estudos sobre a sociedade Yorubá pré-colonização britânica, Oyewùmí identifica que várias categorias foram introduzidas nas relações sociais após a colonização. Segundo a autora, o sistema sexo/gênero, que tem servido como pressuposto universal nos estudos de gênero, era inexistente na organização

social Yorubá do referido contexto. Deste modo, questiona a pressuposição do gênero como categoria universal. “[...] gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos considerar como dado o que de fato precisamos investigar” (Oyewùmí 2020, 87).

A proposta de Oyewùmí chama atenção para a historicidade das relações sociais estudadas e sugere novas lentes, que considerem as narrativas das sociedades em questão, sobretudo considerando a hegemonia ocidental na produção do conhecimento nos últimos séculos. Sintetizando alguns elementos da sua crítica epistemológica, destacamos: a) “Análises e interpretações sobre a África devem começar na África. Elas precisam refletir e se basear em contextos culturais e locais específicos, e não em ideias e conceitos importados, normalmente coloniais (Oyewùmí 2020, 95); b) sendo o gênero uma construção cultural, não se pode teorizar desconsiderando as particularidades dos contextos. Neste sentido, é importante considerar os contextos nos quais os conceitos são produzidos e quais realidades são capazes de exprimir por meio de suas afirmações; c) embora o gênero seja concebido como cultural e histórico, o dimorfismo biológico tem se mantido como pressuposto da cultura ocidental quando se trata das classificações de gênero. Deste modo, a autora questiona o quão cultural tem sido concebido o gênero, se a diferença biológica corporal serve como pressuposto para as diferenças de gênero⁵; d) hegemonicamente, o gênero tem sido formulado a partir de experiências ocidentais de mulheres brancas, no entanto se apresentando como categoria de experiência universal. Um dos exemplos, segundo a autora, é a noção de família nuclear, que fundamenta muitos estudos feministas, mas é concebida a partir dos moldes de um dado modelo de experiência social, apresentado como universal; e) ao se presumir que o gênero organiza as experiências universalmente, uma das consequências tem sido constatar as diferenças de gênero a partir da observação das tarefas socialmente distribuídas aos corpos segundo “seus sexos”. A autora considera, porém, que essa pressuposição, em si, é uma concepção ocidental, que ela denomina de “bio-lógica”, ou seja, por mais que expresse o fundamento do social, presume o determinismo biológico como elemento fundante das classificações – e, conseqüentemente, das hierarquias; f) a partir desta perspectiva, não se concebe uma condição universal de “ser mulher”; g) uma vez que o gênero é pensado como radicalmente cultural, interessa mais observar o impacto da colonização em sua

5 Em “*Problemas de Gênero*”, Judith Butler faz afirmações que se aproximam do entendimento de Oyewùmí, no que diz respeito à construção cultural do gênero e do sexo. No entanto, os diálogos teóricos empreendidos e as situações empíricas analisadas por Butler situam-se no contexto ocidental. Deste modo, suas formulações não são suficientes para pensar na colonialidade do gênero e nas experiências africanas.

dimensão de gênero, do que apenas constatar qual grupo foi mais explorado, se os homens ou as mulheres (Oyewùmí 2017); h) se o gênero foi produzido historicamente, significa que é relevante investigar como foi "criado" enquanto categoria de classificação das experiências.

Considerando as propostas das autoras mencionadas, torna-se necessário observar várias questões no contexto santomense. A primeira delas diz respeito às classificações identitárias produzidas a partir da colonização do território. Ao longo dos séculos de domínio colonial, a maior parte dos indivíduos é destituída de cidadania e humanidade. Não por acaso, uma das primeiras identidades locais produzidas no território é a de forro, que expressava a condição de pessoa livre e participante da vida administrativa local. As resistências às condições de desumanidade vão aparecer de várias formas na história de São Tomé e Príncipe, muitas delas presentes nas línguas locais que permanecem como memórias vivas das populações que constituíram o território.

Outro marco importante de produção de identidades no contexto santomense advém dos processos de resistência no arquipélago, ocorridos principalmente a partir do século XX. A recusa em se submeter aos domínios coloniais produz as rupturas nos *status* de subordinação, que desencadeiam na afirmação de igualdade jurídica de todos os/as cidadãos/ãs, a partir de 1975. Mencionar tais periodizações significa lembrar que a afirmação da cidadania livre universal data de 45 anos em São Tomé e Príncipe, um tempo muito curto quando comparado aos 500 anos de colonização.

Quando observamos o contexto atual santomense, que expressa a desigualdade em vários setores, vivenciada principalmente pelas mulheres, é importante considerar a formação social que constituiu o país e nas expressões da violência como instrumento de dominação, utilizado até muito recentemente na história colonial. Neste sentido, ao tratar da violência de gênero vivenciada pelas mulheres em São Tomé e Príncipe, consideramos esse conjunto complexo de situações históricas, que produzem os gêneros e suas desigualdades naquele contexto. Assim, podemos compreender as estatísticas que indicam que ser mulher no contexto santomense ainda significa lidar com todos os ônus de uma formação social baseada na exploração, violência e negação da humanidade dos povos que ali habitavam. Ser mulher é mais do que nascer em um determinado corpo: é fazer parte das relações sociais que produziram desigualdades e transferiram aos corpos o *locus* de exercício do poder. Afirmar os direitos das mulheres, neste sentido, passa por enfrentar a colonialidade do gênero que ainda permeia as relações e tem na violência um dos seus instrumentos recorrentes.

O contexto de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um território insular, constituído por duas principais ilhas, que ficam localizadas no Golfo da Guiné, cerca de 300 Km da Costa Africana. Atualmente, possui uma população de pouco mais de 200.000 habitantes, dos quais 50,5% se constitui de mulheres. O território foi colonizado pelos portugueses a partir do final do século XV (Seibert 2014). O país possui uma particularidade em seu processo de formação, que é a inexistência de uma população nativa pré-colonial, pois além dos europeus que se apossaram do território, os demais habitantes foram todos oriundos de outras regiões da África, conduzidos para fins de trabalho escravo, de modo que a narrativa oficial sobre a sociedade santomense se inicia a partir das relações coloniais.

As condições climáticas de São Tomé nem sempre foram consideradas atrativas para os colonizadores e eram frequentes as mortes ou doenças tropicais que assolavam os europeus na região. Deste modo, desde o século XVI, os colonizadores adotavam estratégias de alianças com mestiços locais, ou alforriar alguns trabalhadores escravos para que estes administrassem a colônia, a serviço de Portugal. “[...] A alta taxa de mortalidade dos brancos foi uma das razões pelas quais, no início da colonização, a Coroa portuguesa facilitava as uniões entre homens brancos e escravas africanas em São Tomé e, pela mesma razão, em 1515 e 1517, decretou-se a alforria coletiva de escravos africanos” (Seibert 2014, 56).

A sociedade santomense se constituiu a partir da colonização e foi fundada no trabalho escravo. A população majoritária do território foi formada a partir das várias etnias, às quais pertenciam os trabalhadores que foram escravizados. Como legado da presença das etnias de diferentes lugares da África, surgiram as seguintes línguas locais: “na ilha de São Tomé, a lungwa santome ou forro, o crioulo maioritário, e o angol (ngola) e, no Príncipe, o lung’yie” (Seibert 2014).

Em virtude das estratégias de domínio dos colonizadores, São Tomé teve historicamente a presença negra na administração colonial local e também na força de trabalho escravo. A parcela de alforriados que teve acesso à vida administrativa, política e econômica de São Tomé constituiu o segmento social dos “forros”, grupo que historicamente se distinguiu dos demais habitantes das ilhas.

Os interesses coloniais dos portugueses pelo território de São Tomé variaram ao longo dos séculos, de modo que o país passou por diferentes processos de colonização e de relações dos portugueses com a população

local. Quando da recolonização do território, a partir do século XIX, os portugueses passaram a rebaixar a posição social de mestiços, forros e negros livres do território.

Segundo Seibert (2015), no período da recolonização, quando a escravidão foi abolida, em 1875, os portugueses introduziram a modalidade de trabalhador serviçal, absorvendo e explorando a mão-de-obra de Angola, Cabo Verde e Moçambique, além de aprofundar a marginalização dos forros. Em 1953, acontece o "Massacre de Batepá", episódio histórico conhecido pela resistência do povo santomense contra a violência e perseguição dos colonizadores.

Em 1975, o país conquista sua independência política e se constitui como República Democrática de São Tomé e Príncipe. Em 1990, institui o multipartidarismo. A experiência de independência política do território é bastante recente, assim como a estruturação das instituições⁶ políticas e administrativas do país, dentre elas as que buscam promover a equidade de gênero.

É comum na historiografia sobre São Tomé e Príncipe a presença das informações que situam os marcos econômicos e políticos da colonização, que mapeiam os povos que habitaram a região ao longo dos séculos, mas a observação de como o território se constituiu a partir de uma perspectiva de gênero ainda é algo a ser aprofundado nas investigações. Em Santos (2015) encontramos uma abordagem sobre o protagonismo das mulheres em São Tomé e Príncipe, especialmente a partir das lutas pela independência política. Em sua pesquisa, são reunidas informações na tentativa de identificar a presença das mulheres no período colonial entre os séculos XV a XVIII, que a autora reconhece ainda serem escassos. Apesar da lacuna, sua pesquisa é uma importante fonte histórica sobre as questões de gênero em São Tomé e Príncipe.

Para além dos dados contemporâneos que nos informam sobre as desigualdades existentes no país, seguimos nas trilhas do que contam as experiências das mulheres santomenses, bem como dos elementos culturais presentes em representações da literatura local, especialmente aquela que é produzida por mulheres, a exemplo de Conceição Lima (Silva 2019), que produz suas "memórias afetivas" através da poesia e apresenta um universo

6 Uma das expressões desse processo é a dificuldade em se obter dados sistematizados a respeito do país, que estejam disponíveis nas plataformas oficiais das instituições santomenses. Embora haja esforços que se fazem notáveis, a publicização de dados ainda é um desafio colocado para STP. Diante da execução de uma pesquisa sobre o país, a coleta de informações oficiais se torna uma atividade de garimpo, fator que dificulta uma caracterização mais precisa sobre a referida realidade social.

de signos culturais das experiências no contexto do país. A própria expressão da voz das mulheres na produção de diferentes campos de conhecimento em São Tomé é bastante recente. Neste sentido, ainda se coloca como necessária a produção de uma historiografia que expresse os lugares dos diferentes sujeitos que compuseram a formação social santomense, especialmente aqueles/as que foram relegados/as à marginalidade ou desconsiderados/as em sua humanidade. Uma história a partir de uma perspectiva decolonial ainda é uma tarefa a ser feita, por muitas mãos que possam recolocar as narrativas em outros termos.

Em São Tomé e Príncipe, a desigualdade de gênero está presente em todos os segmentos sociais: no grau de escolaridade, no acesso a renda e trabalho, na representatividade política, dentre outros. Segundo Oliveira e Azevedo (2016), as mulheres santomenses constituem 71% entre trabalhadores não qualificados e compõem 59% da população desempregada. Conforme o “*Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano*” de 2014, as mulheres se encontravam em situações de trabalho mais precário em relação aos homens e, em termos de nível de instrução, um comparativo do ano de 2012 indicava que, entre chefes de família, 72% das mulheres e 28% dos homens apresentavam nenhum nível de instrução; enquanto no nível profissional/técnico, a proporção era de 80% homens e 20% mulheres. No nível de instrução superior, 78% homens e 22% mulheres.

No que diz respeito à composição e arranjos familiares, o “*IV Recenseamento Geral da População e Habitação*”, realizado em 2012, apresenta um perfil do país: 66% de domicílios no meio urbano e 44% no meio rural, o número médio nacional de integrantes da família é de 4 pessoas, prevalecendo o modelo nuclear (31,7%), seguido de “outros” (23,8%), que inclui os modelos de família monoparental e monoparental alargada. A maioria das famílias (59%) tem como responsável um homem e as mulheres são responsáveis por 41% dos domicílios. O censo identificou que as mulheres estão mais representadas nas famílias de tipo monoparental (87,3%) e monoparental alargada (88,1%), enquanto os homens são responsáveis por 80,2% das famílias de tipo conjugal.

Ainda segundo o recenseamento populacional, o casamento não é uma prática hegemônica entre os santomenses, de modo que 90,3% das pessoas responsáveis pelas famílias possuem o status de solteiros/as e 89,1% vivem em união de facto. O documento registra que o casamento monogâmico corresponde a 8% dos arranjos conjugais e prevalecem as uniões de facto, nas quais o homem se relaciona com diferentes mulheres. Esta configuração explica a existência de muitos lares nos quais a mulher está

responsável pela família, pelos/as filhos/as e/ou por outros parentes. Embora seja a principal responsável, vivencia mais fortemente os indicadores das desigualdades no país, passando pelas dimensões materiais e também afetivas. Segundo o relatório:

O casamento portanto não é uma prática muito recorrente dos responsáveis de família são-tomenses. Por norma, eles se unem e constituem família sem se casarem. A vivência marital (vivencha) ou a união de facto consensual culturalmente é o tipo de união mais frequente principalmente junto às camadas sociais mais desfavorecidas. [...] A análise por natureza da união confere que dos responsáveis de família que vivem em união, 89,1% vivem em união de facto ou seja somente 10,9% são casados (Instituto Nacional de Estatística 2014, 20).

A presença da “poligamia de fato, mas não de direito” é um elemento importante a ser observado na sociedade santomense. A prática da poligamia está presente em algumas culturas africanas anteriormente à colonização, como pode ser observado em países como Cabo Verde (Monteiro 2016) e Moçambique (Teixeira 2018), por exemplo. Porém, a partir do encontro colonial, um produto *sui generis* se constitui na combinação dos modelos europeus e africanos. Neste sentido, a prática da poligamia atualmente exercida em São Tomé e Príncipe é uma resultante dos processos históricos, que acaba por estabelecer hierarquias generificadas, de modo a produzir privilégios da masculinidade. Segundo Semedo (2016, 960):

Em termos de modos de existências familiares, a sociedade de São Tomé caracteriza-se pelo arquétipo de famílias ocidentais – as nucleares/conjugais, as reconstruídas, as monoparentais (exclusivamente chefiadas por mulheres) e as alargadas, sendo que muitas são atravessadas por relações poligâmicas masculinas. Essas relações poligâmicas independem do recorte educacional, geracional e do poder aquisitivo do coletivo feminino, e traduzem-se, normalmente, na manutenção de duas ou mais famílias, ou duas ou mais esposas, cada qual residindo na sua casa própria e em bairros diferentes.

A autora também menciona as hierarquias que são produzidas nas relações poligâmicas, seja considerando homens e mulheres, quanto às relações entre as mulheres, a depender do lugar ocupado na relação conjugal: “Categorias como ‘mulher de dentro’, ‘mulher de fora’, ‘molaste’ e ‘samua’ – essas duas últimas no crioulo forro – qualificam as cartografias conjugais,

em certa medida uma superioridade da ‘mulher de dentro’ em relação à ‘mulher de fora’[...]” (Semedo 2016, 968).

Quando observamos os arranjos familiares na sociedade santomense, percebemos como eles operam junto a demais condicionantes sociais, reforçando desigualdades e combinando situações de opressão e exploração. As desigualdades que as mulheres experimentam em outras dimensões da vida social se manifestam também no ambiente doméstico. Ao lado das situações de desigualdade social, a violência de gênero é um fenômeno presente no cotidiano das mulheres. Os mecanismos de enfrentamento, por sua vez, são bastante recentes e ainda distantes de promover equidade, autonomia e segurança para as mulheres.

O enfrentamento da violência de gênero em São Tomé e Príncipe

Conforme já mencionado, a partir de 1975 o país começa a afirmar a igualdade no plano dos direitos e promover políticas com o intuito de reduzir as desigualdades historicamente produzidas. É também neste ano que foi criada a Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe (OMSTEP), uma iniciativa importante na afirmação dos direitos das mulheres. Estes foram incorporados nos documentos e resoluções pós-independência e o enfrentamento da violência com base no gênero posteriormente foi incluído na agenda política do país.

No que se refere à violência de gênero, faz-se importante destacar alguns marcos institucionais (Pires dos Santos 2015; Sousa e Vera-Cruz 2019): a) a realização do primeiro estudo sobre a Violência Doméstica em São Tomé e Príncipe, em 2002, mediante iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); b) criação do Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica (CACVD), em 2006, com a finalidade de prevenir, aconselhar e apoiar as vítimas de violência doméstica; c) adoção da primeira Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero (ENIEG), com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População; d) criação da lei nº 11/2008, que estabelece mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar, em consonância com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW); e) criação da lei nº 12/2008, que estabelece um sistema de prevenção e de apoio às vítimas de violência doméstica e familiar; f) a criação da lei nº 6/2012, que tipificou o crime de violência doméstica no código penal santomense.

As leis 11/2008 e 12/2008 se constituem como elementos fundamentais na institucionalização do enfrentamento da violência no contexto santo-

mense. De acordo com a lei 11/2008, em seu artigo 5^{ffl}, violência doméstica e familiar contra mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral, patrimonial ou privação de liberdade. A lei 11/2008 prevê punição a quem comete esses crimes e aborda medidas de conscientização, bem como criação de medidas protetivas às mulheres em situação de violência doméstica.

No artigo 49º da lei 11/2008 se afirma que, uma vez denunciada, a violência doméstica assume a natureza de crime de caráter público. A afirmação tem bastante relevância, considerando que existem situações em que as mulheres denunciam e são coagidas pelo agressor ou demais pessoas para declinar da denúncia, o que pode agravar sua vulnerabilidade. Embora a criação da lei tenha sido um passo importante, ainda havia uma lacuna: a violência doméstica ainda não estava elencada no rol de crimes do Código Penal de São Tomé e Príncipe. A lacuna foi preenchida no ano de 2012, quando a violência doméstica foi inserida no código penal santomense, por meio da aprovação da lei nº 6/2012, referente ao artigo 152, com a epígrafe "maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados e violência doméstica". A inserção desta modalidade de crime foi fundamental para coibir situações de violências e abusos ocorridas no interior do ambiente doméstico, envolvendo cônjuges e dependentes, especialmente as crianças.

A produção de dados a respeito da violência baseada no gênero, em São Tomé e Príncipe, ainda apresenta muitas lacunas. As informações disponíveis sobre a realidade da violência no país foram publicadas em 2010, no "*Inquérito Demográfico e Sanitário*" (2008-2009), quando houve um levantamento nacional sobre o assunto, com respondentes homens e mulheres. O documento nos aproxima da realidade santomense, por meio dos dados obtidos; porém, é importante destacar que a) são necessários novos levantamentos, tendo em vista que, no decurso de uma década, algumas dinâmicas podem ter se produzido no país, de modo a alterar em alguma medida os percentuais obtidos na época da produção do documento; b) os dados do relatório foram obtidos a partir das respostas da população, expressando sua percepção sobre o tema da violência de gênero, porém não há uma base de dados disponível, em âmbito nacional, que mensure os quantitativos de denúncias e dos serviços de acolhimento, elemento indispensável para se observar a atuação do estado santomense no enfrentamento da violência. Há, neste sentido, a produção de repertórios sobre a violência baseada no gênero, em São Tomé e Príncipe, porém ainda se faz necessária uma articulação entre os dados e os mecanismos institucionais de enfrentamento.

No Inquérito Demográfico, a população foi consultada sobre a violência doméstica, de modo a observar o grau de aceitação e as possíveis justificativas para as práticas da violência. Segundo o documento, uma em cada cinco mulheres (20%) concordava com pelo menos uma das justificativas para que os homens batessem nas mulheres. Tal concepção estava mais difundida entre as mulheres que trabalharam e não obtiveram remuneração em dinheiro (36%), entre as sem instrução (28%) e as que viviam em um agregado familiar mais pobre (24%). Entre os respondentes masculinos, os percentuais indicaram que 32% dos homens que viviam em agregados familiares mais pobres concordavam com justificativas para a violência contra as mulheres. Entre os homens com nível de instrução primária o percentual era de 26% e 16% entre os que tinham nível de instrução secundário. Entre as justificativas apresentadas pelos homens, segundo o documento:

Os homens citaram, por ordem de importância, o facto de negligenciar as crianças (14% contra 12% nas mulheres), o facto de sair sem informar o marido (12% contra 10% nas mulheres), o facto de contrair o marido (10% contra 7% nas mulheres), o facto de recusar ter relações sexuais (5% contra 6% nas mulheres) e o facto de queimar a comida (7% contra 6% nas mulheres) (Instituto Nacional de Estatística; Ministério da Saúde de São Tomé, 2010, 260).

O Inquérito Demográfico também buscou verificar a percepção da população sobre a recusa das mulheres a terem relações sexuais no âmbito dos relacionamentos afetivos e identificou que 74% dos homens consideravam justificável, caso a mulher soubesse que o cônjuge tinha alguma doença sexualmente transmissível; 71% concordavam com a recusa das mulheres, caso estivessem cansadas ou sem vontade; o percentual cai para 48% de aceitação nas situações em que a mulher recuse ter relações sexuais ao descobrir que o cônjuge tem outro relacionamento afetivo, número que indica a legitimidade da prática da poligamia como privilégio da masculinidade na cultura santomense.

A respeito da experiência de violência doméstica, o relatório indicou que a presença era menor entre mulheres que tinham autonomia financeira e maior nível de instrução. Foi verificada maior frequência entre mulheres divorciadas e separadas. 36% das mulheres casadas ou em união de facto indicou que foi vítima de violência desde os 15 anos de idade. O documento afirma ainda que a violência perpetrada pelos homens diminui quanto maior o nível de escolaridade deles e chama atenção para a importância de uma educação voltada para a discussão de gênero (Instituto Nacional de Estatística; Ministério da Saúde de São Tomé 2010).

A maneira como a violência está presente no cotidiano das relações em São Tomé e Príncipe, indica sua utilização como instrumento sistemático de hierarquia dos gêneros, controle dos corpos femininos, tendo ainda muita legitimidade nos discursos e práticas. Neste sentido, para além dos instrumentos jurídicos que visam coibir tais práticas, é fundamental que as mudanças mais profundas se manifestem na cultura, na forma como os gêneros são produzidos, de modo a subverter hierarquias e opressões.

No "Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Ação de Beijing + 25"⁷, em que o Estado avalia sua atuação no enfrentamento da violência, há a indicação de que ainda existem muitos desafios para a produção de estatísticas a respeito da violência contra mulheres no país, de modo que seja possível aprimorar os mecanismos de enfrentamento do fenômeno e garantir justiça social. Segundo o relatório (2019, 44), ao constatar os entraves existentes no enfrentamento da violência:

Constrangimentos:

Fraca operacionalização da base de dados sobre VBG; Insistência⁷ de dados nacionais sobre violência doméstica e abuso sexual de menores; Inexistência de dados sobre violência contra as idosas; Dependência total de recursos financeiros dos parceiros de desenvolvimento para implementação do plano de ação da Estratégia de VBG.

Desafios:

Disponibilizar a linha direta 24h, em parceria com a Polícia nacional; Divulgar as leis 11/2008 e 12/2008 e do Código penal ao nível nacional; Reforçar a Estratégia Nacional de VBG; **Melhorar o processo de produção das estatísticas de VBG** (*grifo nosso*).

As iniciativas de promoção da equidade de gênero caminham ao lado de uma cultura que ainda privilegia a masculinidade e legitima as várias formas de violência contra as mulheres. A criação dos instrumentos de coibição da violência, neste sentido, se torna fundamental para a promoção dos direitos das mulheres santomenses. Para além das iniciativas institucionais, consideramos as narrativas das mulheres santomenses, que expressam o lugar da violência na vida cotidiana e os desafios para a promoção da equidade de gênero no contexto do país.

⁷ Acreditamos que houve erro de grafia e o termo seria inexistência.

Outras “histórias da gravana”⁸: As experiências das mulheres santomenses

Ouvir as narrativas das mulheres santomenses é um aspecto fundamental na apreensão do fenômeno da violência de gênero. Abordar as experiências a partir de uma perspectiva decolonial significa também pensar em como as mulheres relatam suas vivências, se percebem enquanto mulheres e constroem suas trajetórias, que são também de resistências, em um contexto muito adverso para elas. Significa também considerá-las para além dos termos que universalizam as experiências, seja pensando no termo mulheres ou na condição de cidadãs.

Ao abordar a violência considerando a colonialidade do gênero, consideramos o “alcance destrutivo da imposição colonial” (Lugones 2020, 55). As primeiras modalidades de violência vivenciadas pelas mulheres de São Tomé foram aquelas promovidas pela colonização, que foram se atualizando conforme os projetos dos colonizadores, atingindo diferentes gerações. Não se pode perder de vista como a realidade de violências e desigualdades se configurou historicamente e se manifesta no presente. Neste sentido, concordando com Curiel (2020), uma perspectiva de emancipação precisa enfrentar a colonialidade.

Por meio das falas das mulheres, nos aproximamos dos contextos de violências e dos demais marcadores sociais que constituem suas vidas. Para este artigo, abordaremos algumas das experiências entre as 18 mulheres entrevistadas na pesquisa, no ano de 2019, na capital São Tomé. Ao transcrever as falas, procuramos preservar, com o máximo de fidelidade, a riqueza das expressões orais, que combinam o português com o crioulo forro, nos lembrando dos processos históricos que produziram o povo santomense e constituem a realidade vivenciada pelas mulheres.

Entre as mulheres que participaram das entrevistas semiestruturadas, identificamos o seguinte perfil: a) faixa etária variando entre 19 e 47 anos, prevalecendo o grupo de 20 a 29 anos (55,5%); b) em relação à escolaridade, prevaleceu o nível primário (61%), seguido do ensino médio (33%) e apenas 1 no ensino superior; c) entre as profissões, houve uma prevalência de donas de casa e empregadas domésticas (61%), além de menções a outras atividades profissionais; c) a verificação da faixa de rendimentos identificou que mais da metade não possuía fonte de renda (55,5%) e, entre as demais, 6 recebiam o

8 “Histórias da Gravana” se remete à obra literária da escritora santomense Olinda Beja, na qual apresenta contos que relatam experiências de mulheres de São Tomé em Príncipe, incluindo as situações de opressão cotidianas.

valor de até 1 salário mínimo (cerca de 1100 dobras⁹) e apenas 2 tinham rendimentos superiores ao salário mínimo (média de 3.000 dobras); d) apenas 2 entrevistadas não possuíam filhos e a maioria se declarou solteira; porém, há uma presença notável das uniões de facto consensuais, que significa o estabelecimento de um relacionamento afetivo com convivência domiciliar, ainda que não reconhecido formalmente.

No que se refere às informações sobre a violência, as entrevistas identificaram que todas as mulheres já tinham sofrido alguma modalidade, além de terem conhecimento de outras mulheres que também sofreram violências, com frequentes menções às agressões físicas. A maioria afirmava ter conhecimento da existência da lei de enfrentamento da violência doméstica, do Centro de Aconselhamento, mas não conheciam detalhes sobre o conteúdo da lei. Importante destacar que várias delas tomaram conhecimento da legislação ou outras informações sobre violência por meio de campanhas estatais e pelos meios de comunicação, o que indica o funcionamento dessas estratégias como forma de difundir o conteúdo de enfrentamento da violência e promover mudanças culturais que possam incidir na diminuição das ocorrências.

Para apreender como o fenômeno da violência se manifesta no cotidiano da vida das mulheres, é necessário identificar as várias dimensões que o constituem, a exemplo das concepções de gênero, da forma como a violência se apresenta nas relações afetivas e domésticas, nos modelos de arranjos conjugais existentes, além de demais expressões das desigualdades que também compõem o referido cenário social.

A partir das entrevistas, constatamos que ser mulher significava estar responsável pelas tarefas domésticas, ter menos oportunidades de escolaridade, trabalho, renda e liberdade, quando comparada à definição do lugar social dos homens. Em todas as falas¹⁰, havia a constatação das desigualdades, expressas nas situações relatadas. Nas situações que envolviam dependência econômica, as violências muitas vezes se agravavam.

Normalmente, homens não realizam trabalhos domésticos, porque muitas das vezes quando homem realiza trabalho doméstico, a sociedade fala: esse homem lá é palerma, pateta, *boboyoko*¹¹. Está lavando prato para mulher dele. Mulher já *katxôu*¹² ele. Por isso muitos não

9 Equivalente a cerca de \$ 50 dólares estadunidenses ou R\$ 269, 89 reais brasileiros.

10 Utilizamos codinomes, como forma de preservar suas identidades.

11 Bobo.

12 A expressão significa sugerir que a mulher o enfeitiçou.

ajudam. Trabalho doméstico é um trabalho feito para mulher. (Jésica, 24 anos, vendedora de fardo, 2 filhas, ensino primário)

Ele trabalhava, ganhava dinheiro, mas seu dinheiro que recebia só gastava com outras mulheres. Ele levava outras mulheres para onde eu vivo, para casa da mãe dele. Eu ficava só a assistir, muito sofrimento! Quando eu reclamava com a mãe dele, a mãe dele dizia que ele é homem [a mãe o apoiava]: ‘e homem com dinheiro no bolso arranja mulher que quer’. [...] Ele só ia para casa tomar banho, trocar de roupa. Ele não dava dinheiro nem para comprar sabão para lavar roupa dele e nem das crianças. (Nina, 37 anos, empregada doméstica, 4 filhos, ensino primário)

Um aspecto observado nas entrevistas é o acesso à educação como fator de mobilidade social e maior autonomia na vida das mulheres. A fala da entrevistada Kilomba expressava, em vários momentos, a reflexividade sobre a condição feminina e a recusa em reproduzir determinados lugares sociais. Naquela sociedade, a violência aparece como um instrumento sistemático de produção dos gêneros, especialmente nas experiências femininas. Kilomba estava com 23 anos, ensino superior completo, solteira, não tinha filhos e exercia atividade profissional, com um rendimento médio de 4.000 dobras¹³. Ao descrever a realidade da mulher no contexto santomense, afirmou:

As mulheres santomenses estão destinadas a cuidar do marido. Tanto que tens 23 anos e não tens filhos? Kyê!¹⁴ Isso é um escândalo! Como assim? Está já na hora de parir! Você quer chegar aonde? Você quer estudar, estudar só? Tem que parir, ter filho, ter um marido, tem que ter casa, cuidar da casa.

Outro aspecto manifestado nas entrevistas é a presença da poligamia como um privilégio da masculinidade. Da maneira como está configurada socialmente, aprofunda as desigualdades de gênero e confere aos homens maior autonomia e mais poder sobre a vida das mulheres. Na maioria das entrevistas, apareciam relatos de uniões de fato, nas quais os homens também se relacionavam com outras mulheres. Algo que agravava as situações de violência é a construção de hierarquias entre as mulheres, feita pelos homens que se relacionavam com elas, reforçando a opressão de algumas e produzindo conflitos entre elas, na disputa pelo homem. Os trechos seguintes

13 Equivalente a cerca de \$185,59 dólares estadunidenses ou R\$ 948 reais brasileiros.

14 Interjeição que denota espanto, uma indignação.

das entrevistas expressam como a violência se combina com a poligamia no contexto santomense:

Homem de agora vão querer ter duas, três mulheres, mas mulheres que estão em casa, eles maltratam como uma escrava. No começo fica bom, amor fica forte, bué de bôbô¹⁵. Como mulher engravida, eles arranjam outra. Mulher que está em casa, quando reclama da sua ausência, eles dão porrada. Homem quando arranja mulher não dorme em casa; dormem fora, porque eles já têm outra mulher nova. Quando chegam casa no dia seguinte, que a mulher pergunta, ainda exaltam¹⁶ e dão porrada. (Chanquena, 19 anos, estudante, 1 filha, ensino médio)

Ele faz muitas coisas erradas. Tem muitas mulheres, não para em casa. Sai sempre, mas nunca sai comigo. Quando peço para sairmos juntos, ele nunca quer. Eu só vou passear com minhas cunhadas. Eu o peço. Ele deixa. Eu vou. Tenho hora para chegar em casa. Mas, meia noite é a hora que ele fica na rua. (Katia, 28 anos, empregada doméstica, 3 filhas, ensino primário)

A traição é um tipo de violência psicológica. Só que a violência em São Tomé está tão naturalizada, que ninguém se importa. Ou seja, é a coisa mais normal do mundo. Porém, a traição só é direcionada aos homens, quando se fala de traição, não se pode mencionar ao gênero feminino. Porque as mulheres em São Tomé não podem trair. Tanto é que um homem apanha uma mulher a trair, na maioria das vezes elas acabam mortas. Eles matam. Porque em São Tomé as mulheres não podem trair o marido. Quando não matam, espancam, deixam desfigurada ou desmembradas. (Kilomba, 23 anos, jurista, sem filhos, ensino superior)

Os relatos acima expressam a resultante da combinação dos modelos poligâmicos oriundos da África com valores e arranjos conjugais do ocidente colonizador e cristão. Tal combinação conferiu aos homens a liberdade de vivenciar relacionamentos simultâneos, ao mesmo tempo em que hierarquizam e procuram ter controle sobre os corpos, sentimentos e sexualidade das mulheres.

A modalidade de violência psicológica foi vivenciada por todas as entrevistadas. Mas, os relatos de violência física também foram frequentes

¹⁵ Muito bobo.

¹⁶ Falam alto, proferem ofensas.

nas falas. Os depoimentos mostravam o lugar da violência nas experiências femininas e o quanto ela está presente na vida cotidiana, marcando corpos e subjetividades. Mulheres de diferentes faixas etárias contaram situações de violência física praticada pelos homens com quem conviviam, que poderiam ter decorrido em óbito, tamanha a agressividade empregada.

Quando eu estava grávida, muita porrada. Eu fui até hospital. Eu pensei que iria perder bebê próprio. Ele me deu rabo no chão¹⁷ com bebê na barriga. Como ele me fez isso, fui até hospital com dor. Os médicos me deram medicação, a dor passou. No dia seguinte, ele ainda vem para casa bêbado, me expressando¹⁸. Quando eu estava grávida, ele vinha pela manhã todo bêbado, entrou dentro de casa, falando: eu vou dar essa *pykena* porrada¹⁹. Entrou dentro de casa, tomou uma picareta para me bater com a picareta. Eu corri e fui tentar esconder na casa da minha amiga. Rapaz estava a entrar quintal a me dizer que vai me dar porrada. [...] Ele saiu com picareta para meter nas minhas costas. Se essa picareta me entrava, eu morria. [...] A picareta entrou e saiu no portão de zinco. Se fosse na minha cabeça? (Chaquena, 19 anos, estudante, ensino médio, 1 filha)

Ele não gostava de quando eu me cuida, gosta de me ver *jam ga podji*²⁰. Para só ele gostar de mim [riso]. Ele não confia em mim. [...] Eu comecei a sentir muita dor, esse é um dos principais motivos que me fizeram terminar a relação. Você quer ou não quer, ele está resolvendo seu problema²¹. Por vezes, eu lagrimava de dor que eu sentia, ele me via a chorar e dizia que eu estou a fingir, que eu não quero fazer sexo. *Kye!* ele fazia sexo comigo contra vontade. Ele dizia que eu não quero, porque já tenho outra pessoa, estou pensando numa outra pessoa. Todos os dias ele vai querer me dormir²². [...] Parecia uma escrava sexual. Eu sentia tanta dor, que nem conseguia trabalhar. (Nina, 37 anos, empregada doméstica, 4 filhos)

Um dia, ele me deu tanta porrada, que eu fiquei toda molhada no corpo, até minha saia sujou de sangue. Ele estava me batendo assim,

17 Ela caiu sentada no chão, após ser agredida.

18 “Me expressando” significa que o homem estava proferindo ofensas contra ela.

19 *Pykena* significa moça. Na frase, ela expressa que ele afirmou que ia agredi-la.

20 Desarrumada.

21 Relação sexual forçada.

22 Ter relações sexuais com ela.

para me matar mesmo, com criança nas costas²³. A me dar pontapé com soco, bafatada, aqui várias vezes. Tudo isso com criança nas costas. Ele bateu, ainda bateu criança nas costas. Ele estava todo bêbado. Tinha que ir tomar banho na casa de outras pessoas. Estava desfigurada. Eu tive que sair dali automaticamente. (Kini, 43 anos, dona de casa, 5 filhos, ensino primário)

Os depoimentos das entrevistadas indicam as situações de todas as modalidades de violência nas experiências cotidianas: psicológicas, físicas, material, moral e sexual. Nos relatos das entrevistadas, viver as situações de violência se torna parte da condição feminina no contexto. Os demais marcadores de desigualdade social acabam por aprofundar a situação de vulnerabilidade das mulheres, o que demonstra a necessidade de que se produza um enfrentamento institucional multisetorial, que atinja várias dimensões sociais, de modo a promover as garantias de uma cidadania segura e autônoma para as mulheres. Os relatos também revelam o quanto a violência ainda está enraizada na cultura santomense, legitimada socialmente, sendo este também um desafio importante a se enfrentar, para que a violência não se perpetue como um destino para a vida das mulheres.

Um enfrentamento da violência considerando a colonialidade do gênero também significa pensar nos processos que constituíram as masculinidades violentas em São Tomé, que se expressam na autoridade conferida aos homens, que ainda detêm poder de mando e controle sobre a vida de muitas mulheres, aspecto recorrente de uma herança colonial ainda muito viva nas experiências. Mais do que identificar as assimetrias entre os gêneros na realidade santomense, nos interessa considerar as raízes profundas que produziram tais desigualdades e se manifestam também nas relações de gênero. Resistir, neste sentido, significa enfrentar reiteradamente a colonialidade do gênero.

Conclusão

A colonialidade do gênero se constitui com uma marca presente nas sociedades que foram colonizadas, mesmo após os processos de independência. A violência é o elemento comum às colonizações e à colonialidade, atuando como instrumento sistemático de dominação. Tendo em vista as

23 Na cultura de São Tomé e Príncipe, as mulheres costumam carregar os/as filhos/as nas costas, sustentados/as por um pano. Na ocasião, a mulher relata que estava com a criança nas costas enquanto foi agredida.

assimetrias produzidas neste tipo de relação social, o gênero tem se configurado como expressão de desigualdades e concentração de poderes. Neste sentido, a construção social de ser mulher em tais contextos acaba por significar vivenciar as opressões e, em alguns casos, mais profundamente. Ao abordar a violência de gênero a partir de uma perspectiva decolonial, nossa intenção foi pensar nos processos que constituíram o gênero tal como se manifesta no contexto santomense, observando os ecos de uma colonização, até recentemente existente no país.

Ao considerar os relatos das mulheres, nos aproximamos da complexidade das experiências femininas e observamos os efeitos concretos dos processos de desigualdade e opressões, que acabam por construir as identidades de gênero naquele contexto. E consideramos, sobretudo, que nas experiências das mulheres se encontra uma chave importante para que se elaborem as políticas de enfrentamento da violência e redução das desigualdades. Os elementos que constituem as experiências femininas observadas na pesquisa sinalizam para a necessidade de uma ampliação dos estudos de gênero em São Tomé e Príncipe, que possam aprofundar determinados recortes e produzir um acúmulo de contribuições para as políticas de promoção dos direitos das mulheres no país.

REFERÊNCIAS

- Curiel, Ochy. 2020. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Instituto Nacional de Estatística. 2014. *IV Recenseamento Geral da População e Habitação: Características e condições de vida das famílias e da habitação*, RGPH-2012. - S. Tomé: INE, 163 p.
- Instituto Nacional de Estatística; Ministério da Saúde de São Tomé. 2010. *Inquérito Demográfico e Sanitário (IDS STP 2008-2009)*. São Tomé e Príncipe.
- Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género. 2019. *Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Acção de Beijing + 25º*. São Tomé e Príncipe.
- Lei n.º 6/2012, de 6 de agosto. Diário da República N.º 95. *Código Penal de São Tomé e Príncipe*. Assembleia Nacional.

- Leis nº 11/2008, de 29 de outubro. *Diário da República*, N.º 62. Assembleia Nacional.
- Lugones, María. 2020. Colonialidade e Gênero. In: *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- _____. 2019. Rumo a um feminismo decolonial. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Monteiro, Eurídice Furtado. 2016. *Crioulidade, Colonialidade e Género: as representações de Cabo Verde*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398p, setembro/dezembro de 2016.
- Oliveira, Ana Filipa e Azevedo, Liliana. 2016. A Igualdade de Género nos media em São Tomé e Príncipe. In *Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar*. ACEP.
- Oyewùmí, Oyèronké. 2020. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- _____. 2017. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Editorial en la frontera.
- Santos, Lurdes Maria Lima Viegas Pires dos. 2015. *A igualdade de género em São Tomé e Príncipe: entre a realidade e a utopia*. Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta, Portugal.
- Seibert, Gerhard. 2015. *Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social*. Anuário Antropológico [Online], II | 2015.
- _____. 2014. *Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias*. *Afro-Ásia*, n. 49, p. 41-70, 2014.
- Silva, Assunção de Maria Sousa e. 2019. Marcas de gênero na literatura angolana e são-tomense. In *Áfricas e suas relações de gênero*, organizado por Mariana Bracks Fonseca e Fernanda Chamarelli de Oliveira. Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 210 p. E-Book.
- Semedo, Carla Indira Carvalho. 2016. *Musicalidades das cabo-verdianas nas roças de São Tomé e Príncipe*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016.

- Sousa, Domitília Trovoada de; Vera-Cruz, Carla Neves. 2016. Estudo sobre o quadro jurídico-legal no domínio dos direitos das mulheres, incluindo violência em São Tomé e Príncipe. In *Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar*. ACEP.
- Teixeira, Rejiane dos Santos. 2018. *Questões de gênero na organização da sociedade Moçambicana: a mulher em xeque em “Niketche: Uma História De Poligamia”* De Paulina Chiziane. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

RESUMO

O presente artigo discute as violências de gênero a partir das experiências de mulheres de São Tomé e Príncipe. A abordagem é construída a partir da perspectiva de epistemologias feministas africanas e decoloniais. Deste modo, as relações de gênero são pensadas considerando as particularidades do processo de colonização ocorrido no país, bem como as configurações socioeconômicas pós-independência, que são marcadas pelas desigualdades sociais, vivenciadas principalmente pelas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

Violências de Gênero; São Tomé e Príncipe; Epistemologias Decoloniais.

Recebido em 6 de junho de 2020

Aceito em 31 de agosto de 2020